



Câmara para Assuntos de Energia da Fecomercio

O Atual Modelo Institucional do Setor Elétrico e os entraves a maior participação da iniciativa privada

Cláudio J. D. Sales

Presidente

Instituto Acende Brasil

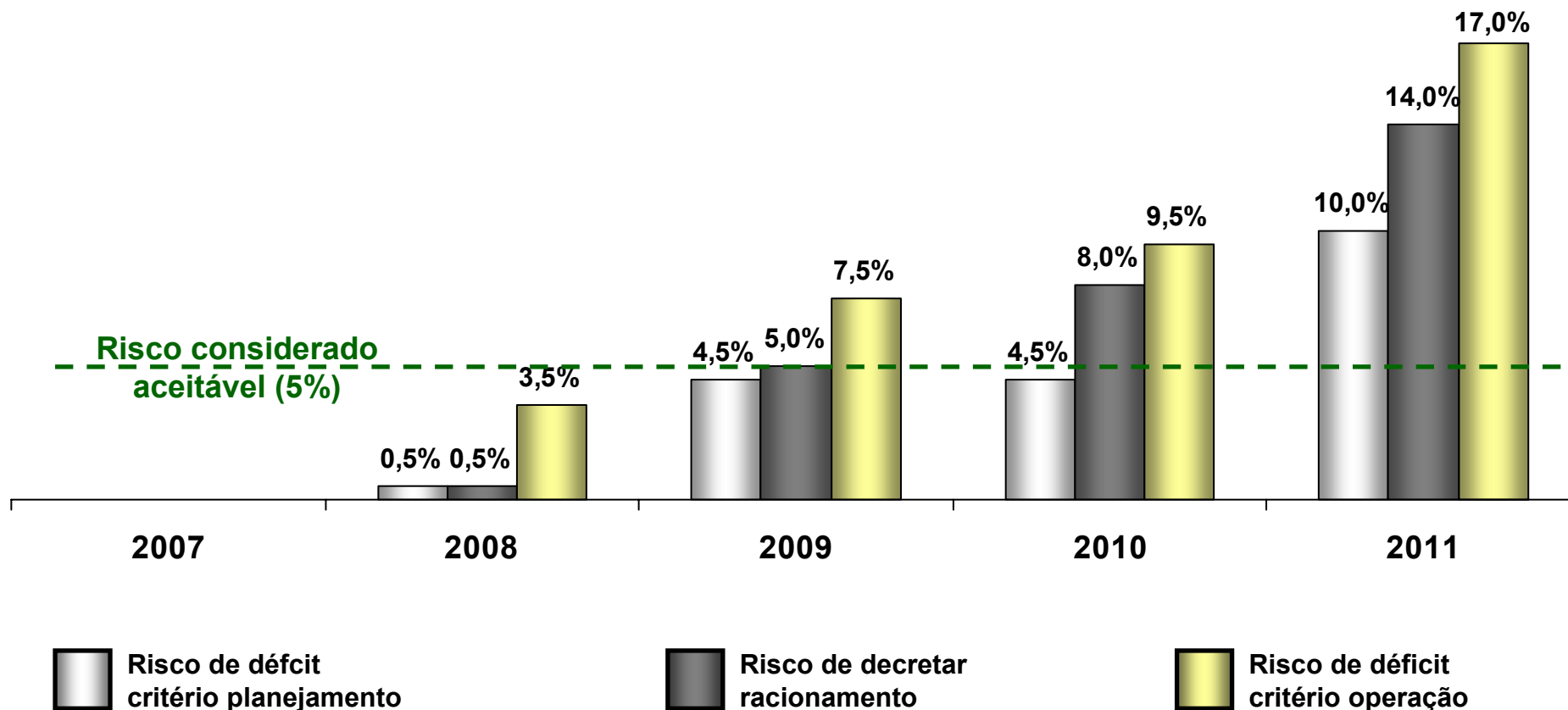
Federação do Comércio do Estado de São Paulo

18 de abril de 2007

- Introdução**
- Ambiente ineficiente de competição**
- Riscos regulatórios**
- Elevados tributos e encargos**
- Entraves ambientais**
- Conclusões**

O risco de déficit no suprimento de energia elétrica está acima do aceitável

Risco de déficit para a região Sudeste para crescimento do PIB de 4% a.a.

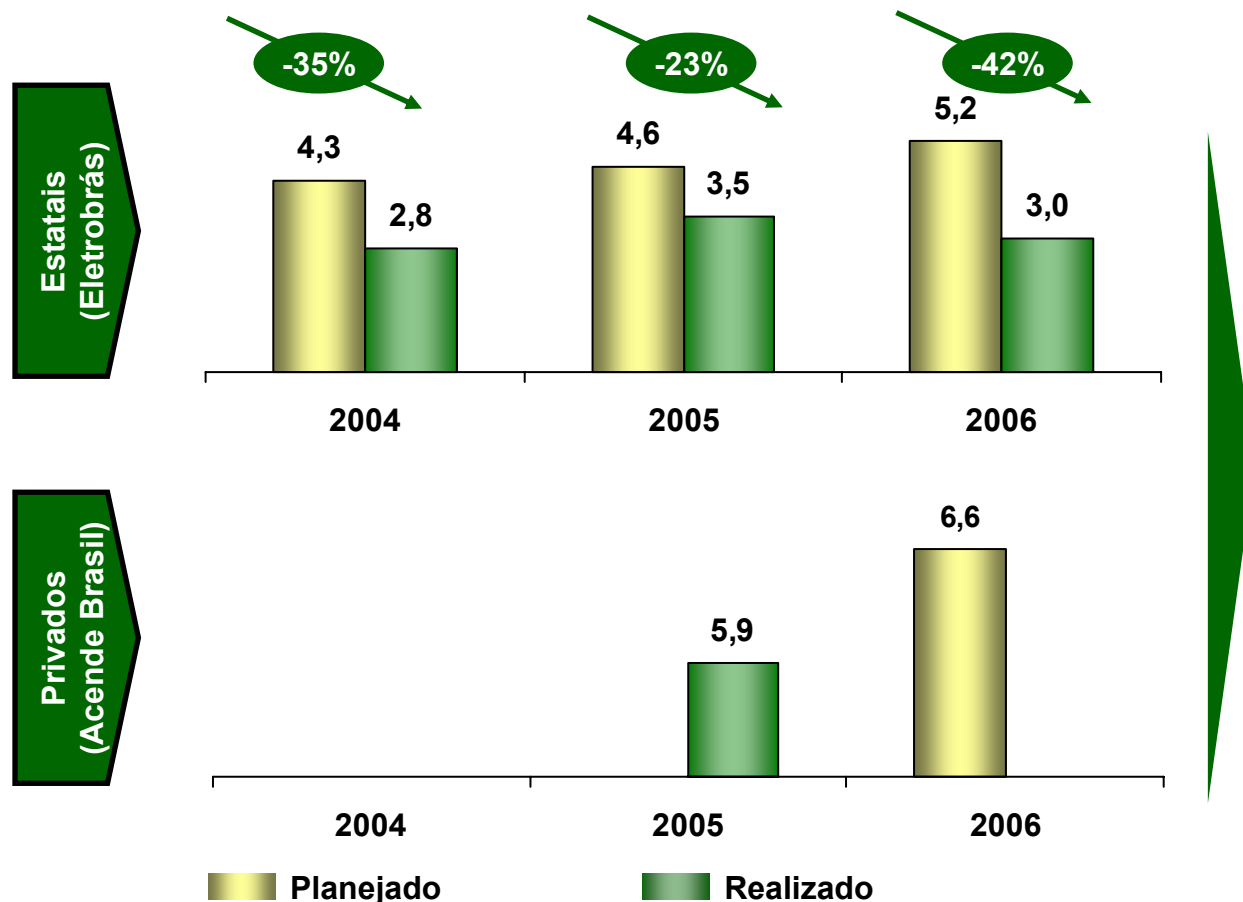


Serão necessários investimentos anuais da ordem de R\$ 20 bilhões, provenientes principalmente da iniciativa privada



A experiência mostra que o planejamento de investimentos estatais não tem se materializado

Histórico de investimentos em energia (R\$ bilhões)

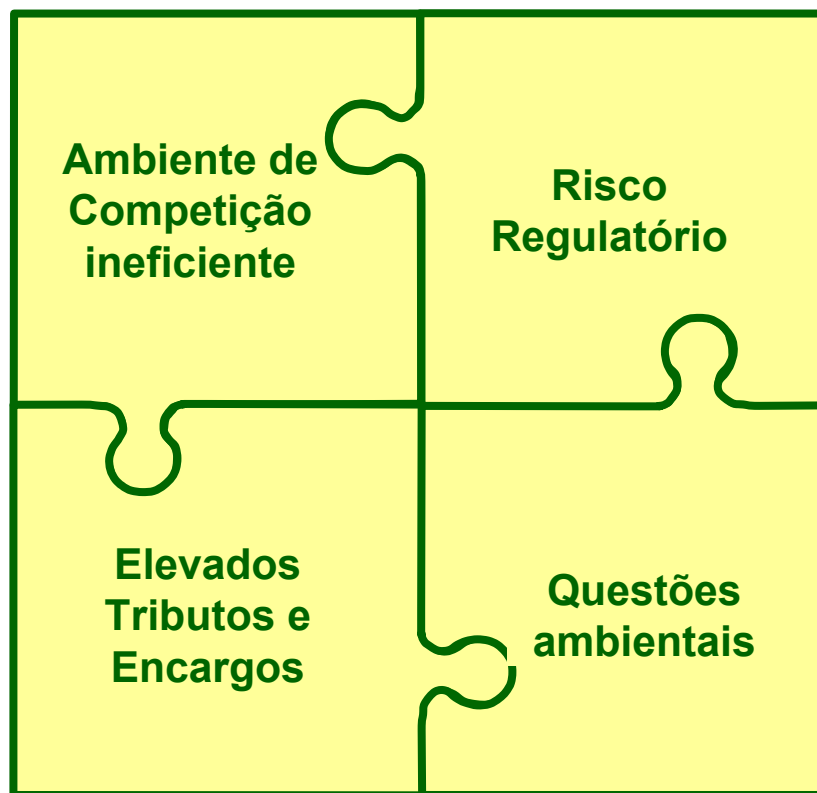


❑ O planejamento de investimentos estatais não tem se materializado

Um maior investimento privado dependerá da eliminação de entraves do atual modelo do setor elétrico

Principais entraves para a maior participação da iniciativa privada

- Falta de transparência e governança
- Leilões com regras instáveis e ineficientes
- Apropriação pelo governo de grande parte da riqueza produzida na cadeia de valor



- Enfraquecimento do órgão regulador
- Atraso no processo de licenciamento ambiental
- imprevisibilidade dos custos ambientais dos empreendimentos

Introdução

Ambiente ineficiente de competição

Riscos regulatórios

Elevados tributos e encargos

Entraves ambientais

Conclusões

A falta de transparência e governança inibe a formação de um ambiente de competição eficiente

Diagnóstico e reflexões

O Ministério de Minas e Energia é governo, investidor ou regulador?

- ❑ As estatais são empresas orientadas para a rentabilidade ou ferramentas de condução de políticas públicas?
- ❑ É possível haver competição entre estatais e privados, quando no conselho das estatais há pessoas do Ministério de Minas e Energia que:
 - participaram da construção das regras e
 - conhecem parâmetros desconhecidos pelos competidores privados?

Decisões do CNPE e do CMSE não transparentes?

- ❑ Qual o papel atual do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)? Qual o grau de transparência de suas decisões?
- ❑ Por que não publicar as atas de reunião do CNPE e do CMSE (Conselho de Monitoramento do Sistema Elétrico), como é feito pelo COPOM?

Regras instáveis e ineficientes tem prejudicado o resultado dos leilões de energia

Diagnóstico e reflexões

Baixa transparência nas informações

- Demandas de 2008 e 2009 não atendidas
- Governo passou a comunicar “não atendimento em relação à demanda total” ao invés de “não atendimento em relação à demanda do leilão”.

Modicidade Tarifária prejudicada

- Limite de compensação da UBP inviabilizou projetos mais adiantados e mais econômicos
- Preço-limite baixo pode ter barrado, na 1a. Fase, hidrelétricas mais baratas que termelétricas vencedoras

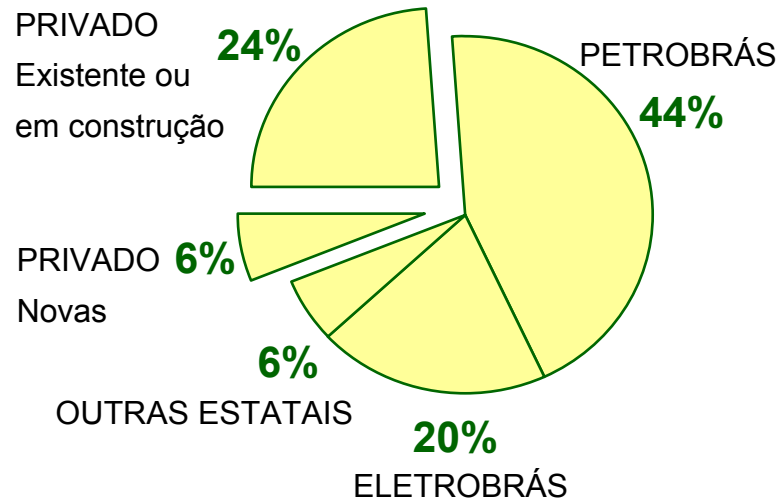
Regras instáveis e artificiais

- Mudanças de regras dias antes do leilão
- Cortes de demanda durante o leilão - fixação arbitrária de preço pelo leiloeiro; exclusão de competidores

Regras instáveis e ineficientes tem prejudicado o resultado dos leilões de energia (cont.)

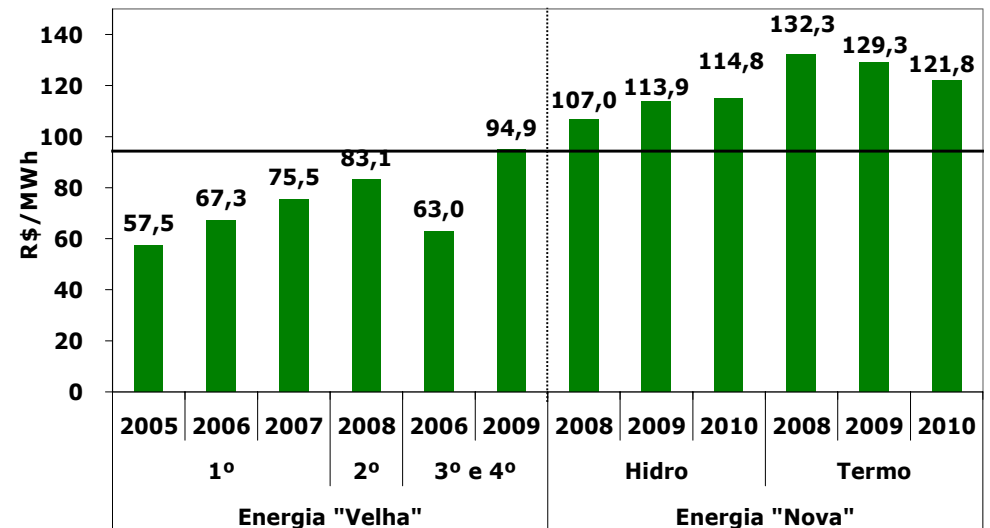
Exemplo: resultados do Leilão de Energia Nova de Dez/2005

Origem do capital



- 70% da energia vendida foi estatal
- 70% da energia vendida de origem térmica

Preços praticados



- Segregação entre “energia velha / energia nova” destruiu bilhões de dólares para geradores existentes, estatais e privados

Propostas

Transparência e governança

- Restabelecer força e influência do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)
- Fim da participação de executivos do governo que ocupam cargos de conselho de estatais na concepção de regras de leilões e outros processos competitivos
- Definir critérios de governança que explicitem metas de rentabilidade das estatais, com auditoria pré-definida
- Publicação das atas do CMSE 5 dias úteis após cada reunião

Propostas

Leilões de energia

- **Transparência na comunicação dos resultados - comunicar índice de atendimento em relação à demanda prevista para o leilão (e não em relação à demanda total)**
- **Eliminação ou aumento do preço-teto - preço-teto impõe regra artificial e afasta investidores que buscam racionalidade e investimentos sustentáveis**
- **Eliminação dos cortes de demanda - cortes de demanda distorcem o leilão e dão ao leiloeiro o poder de formar preços e eliminar competidores**
- **Solução do limite para compensação da UBP - viabilizando projetos mais adiantados e mais competitivos**
- **Transparência no comportamento das estatais - garantindo a preservação do patrimônio do Estado e preservando a isonomia competitiva com privados**
- **Abertura de capital e adesão ao novo mercado Bovespa - Estatais que participam dos leilões**

- ❑ **Introdução**
- ❑ **Ambiente ineficiente de competição**
- ❑ **Riscos regulatórios**
- ❑ **Elevados tributos e encargos**
- ❑ **Entraves ambientais**
- ❑ **Conclusões**

A Aneel deve assegurar a neutralidade entre governos, consumidores e investidores

Teoria da Captura

- ❑ Setor com altos custos fixos e longa maturação de investimentos
- ❑ Governo “tem incentivo” para não honrar seus compromissos

Missão das Agências



Assegurar neutralidade entre governos, consumidores e investidores:

- ❑ Agente de Estado (imune às pressões de Governos)
- ❑ Visão de longo prazo / guardião do consumidor do futuro
- ❑ Comportamento técnico e apolítico

O progressivo contingenciamento de recursos tem enfraquecido o órgão regulador

O Contingenciamento de Recursos da ANEEL

[R\$ Milhões]	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Orçado	162	175	202	219	271	309
Liberado	161	112	86	86	124	117
Contingenciamento	< 1%	36%	57%	61%	54%	62%

90% das Receitas da ANEEL são oriundas da Taxa de Fiscalização, embutida na Tarifa, o que corresponderia a 0,24% da Tarifa em 2003

Opção 1:

Acabar com Contingenciamento para melhorar qualidade de Regulação e Fiscalização da ANEEL
(Consumidor já paga por essa qualidade)

Opção 2:

Desonerar Tarifa
(Impacto estimado de -0,15%) (*)
e acabar com apropriação indevida de recursos

Diagnóstico e reflexões

A Aneel possui as condições mínimas para desempenhar eficientemente o seu papel?

- Uma instituição sem autonomia financeira e que depende da liberação de recursos do Governo tem autonomia administrativa?
- Um projeto de lei que prevê:
 - um “ouvidor” do Governo com acesso a informações da Diretoria;
 - um “contrato de gestão” feito pelo Governo e cujas metas implicam contingenciamento de recursos caminha no sentido de autonomia da ANEEL em relação ao Governo?
- O plano de capacitação, o plano de carreira, e a remuneração dos quadros da ANEEL são compatíveis com os desafios que seus profissionais enfrentam e com a qualificação que lhes é exigida?

Propostas

Autonomia administrativa da Aneel

- **Fim do contingenciamento da ANEEL ou redução das tarifas**
- **Aprimoramento da Estrutura Organizacional da ANEEL**
- **Planos de Carreira e Capacitação Nacional e Internacional**
- **Aumento da remuneração dos profissionais da ANEEL para compatibilizá-la com a responsabilidade que detêm**
- **Projeto de Lei das Agências Reguladoras:**
 - **Substituição por Plano de Trabalho (plano elaborado pela Agência e ajustado com Ministério da área)**
 - **Prestação de contas ao Congresso**
 - **Não cumprimento de metas não deve implicar contingenciamento de recursos pelo Executivo**
 - **Ouvidor deve ser sabatinado pelo Congresso**
 - **Ouvidor sem acesso prévio a informações confidenciais**

- ❑ Introdução
- ❑ Ambiente ineficiente de competição
- ❑ Riscos regulatórios
- ❑ Elevados tributos e encargos
- ❑ Entraves ambientais
- ❑ Conclusões

Amostra de empresas analisadas

□ Segundo dados do IBGE (1):

- Faturamento Total do Setor Elétrico para 2005: R\$114,8 bilhões
- Oferta da amostra : R\$ 80,6 bilhões
- Representatividade da Amostra: 70,2% do faturamento [2005]

Das 54 empresas analisadas:

- Empresas Geradoras: 66% da capacidade instalada [2004]
- Empresas Transmissoras: 81% da Receita do segmento [2004]
- Empresas Distribuidoras: 87% da energia vendida [2004]

Fonte:

(1) Dados IBGE 2003 (último revisado disponível) para Energia Elétrica – Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

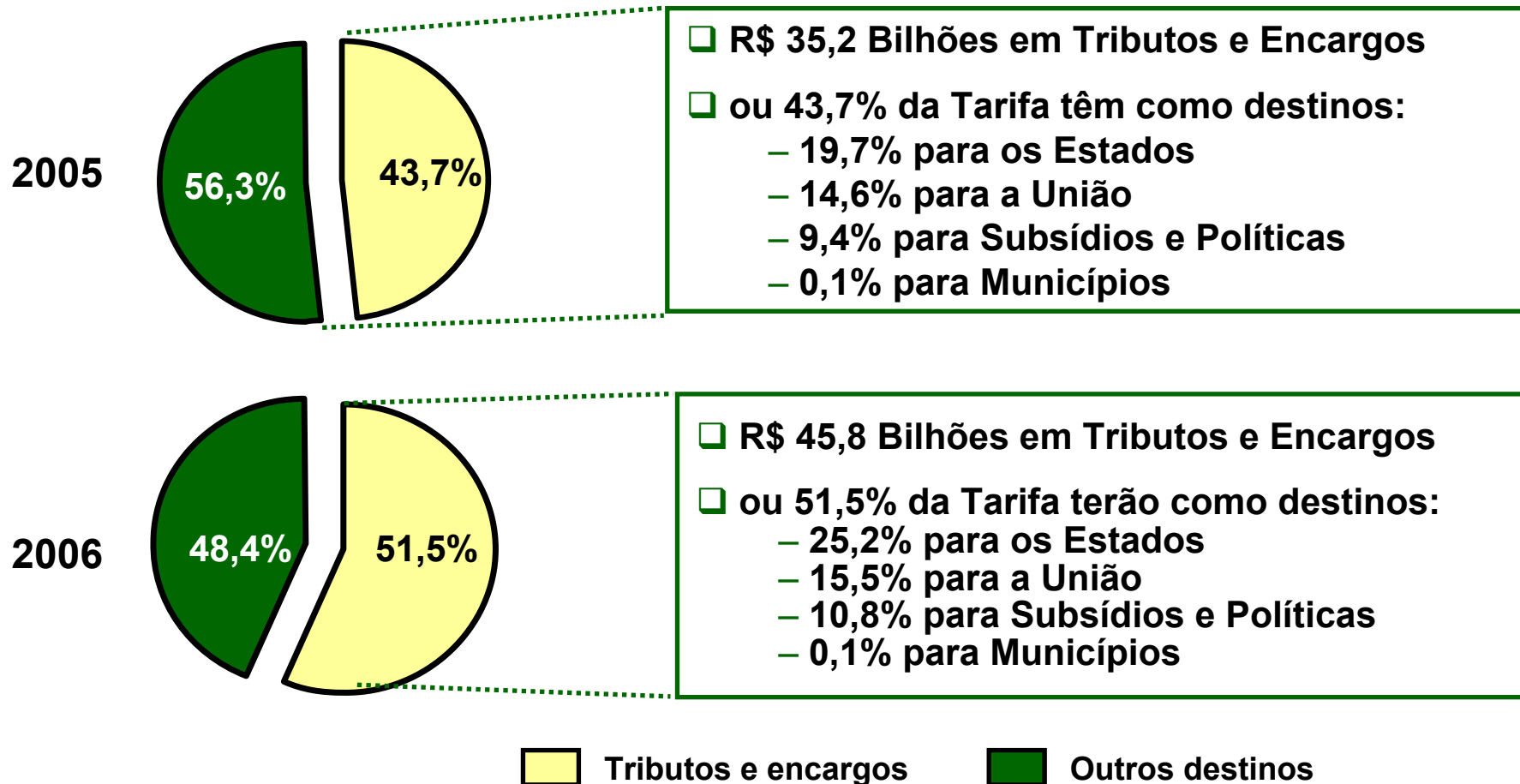
Oferta total de Bens (SIUP 2003): R\$ 106,71 Bi; Participação do Setor Elétrico: 89%; Oferta do Setor Elétrico 2003: R\$ 94,97 Bi;

Crescimento 2004 (Projeção IBGE): 5,66%; Oferta total do Setor Elétrico Projetada para 2004: R\$ 100,348 bilhões

(2) Outras Fontes: Cap. Instalada - Abragee 2003; Rec. Transmissão – ANEEL; Energia Vendida - Abradee

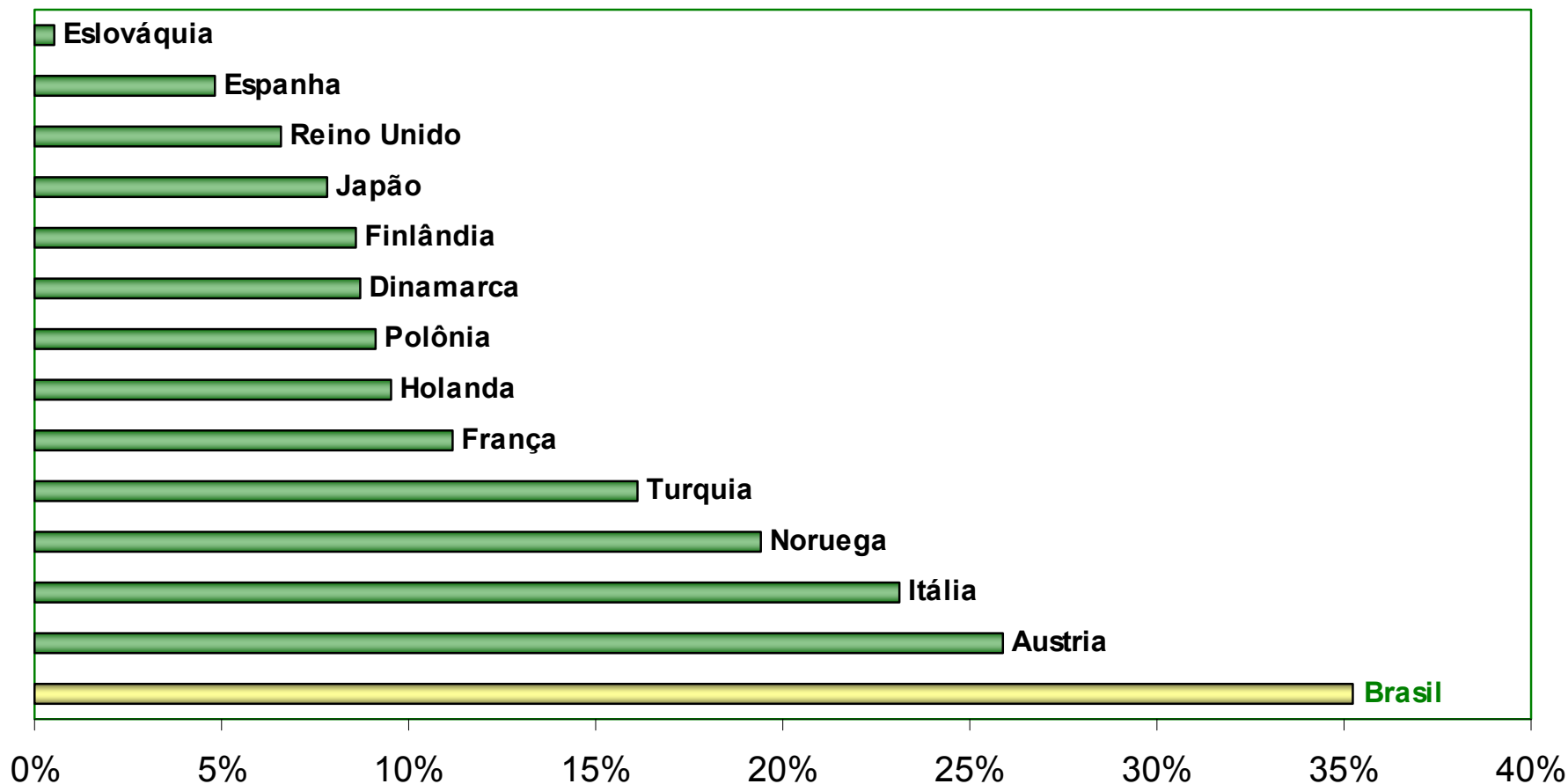
O atual peso dos tributos e encargos na conta de energia é insustentável

Os destinos da tarifa em 2005 e 2006



A carga tributária do setor elétrico brasileiro é uma das maiores do mundo

Carga Tributária Energia Elétrica (exceto encargos) – consumidores industriais



Propostas

Tributos e encargos

- **PIS/COFINS: retornar para regra anterior**
- **ICMS: tabela de redução gradual da alíquota, levando a alíquota média para 15% em 2020;**
- **CCC: eliminar CCC-isolado, sem expansão irracional de custos de transmissão;**
- **INSS: evitar nova regra de cobrança pela receita**
- **CDE: eliminar**
- **TFSEE: repasse automático para a ANEEL, explícito na conta**
- **RGR: eliminar**

- ❑ **Introdução**
- ❑ **Ambiente ineficiente de competição**
- ❑ **Riscos regulatórios**
- ❑ **Elevados tributos e encargos**
- ❑ **Entraves ambientais**
- ❑ **Conclusões**

A análise da questão ambiental deve atender a alguns princípios básicos

- ❑ O crescimento tem que ser ambientalmente sustentável
- ❑ Qualquer projeto de energia interfere no meio ambiente e gera impactos que devem ser mitigados
- ❑ Os custos ambientais imputados ao projeto **NÃO PODEM SER:**
 - Compensação social para “injustiças sociais” pré-existentes
 - Fonte de negócio para especuladores
 - Justificativa de emprego para “movimentos organizados”
 - Moeda de troca política

Os impasses ambientais expressam a indefinição em 4 níveis

- ❑ **QUEM:** Responsáveis e “afetados” legítimos
- ❑ **COMO:** Processo de análise e de fluxo de informações
- ❑ **QUANDO:** Cronograma com prazos determinados
- ❑ **QUANTO:** Custos socio-ambientais

A atratividade dos projetos tem sido prejudicada por atrasos nas receitas, imprevisibilidade de custos e aumento dos riscos



Fatores que afetam a atratividade dos projetos

❑ Diminuição e atraso nas receitas

1. Mudanças de exigências no processo de licenciamento ambiental
2. Demora do órgão ambiental na emissão de pareceres e licenças
3. Interferências na fase de construção

❑ Imprevisibilidade de custos

1. Novas demandas ambientais, sociais etc
2. Atrasos no cronograma (recontratações, multas etc)

❑ Pelo aumento do risco expresso pela taxa de desconto

Propostas

Meio Ambiente

- **Transparência e Celeridade no Processo de Decisão:**
 - “Sim” ou “Não”, e porque, rapidamente
- **Previsibilidade:**
 - exigências e custos devem ser pré-definidos e mantidos
- **Legitimidade Representativa:**
 - Especuladores e oportunistas devem ser isolados e responsabilizados

- Introdução**
- Ambiente ineficiente de competição**
- Riscos regulatórios**
- Elevados tributos e encargos**
- Entraves ambientais**
- Conclusões**

Uma maior participação da iniciativa privada exige respostas a perguntas cruciais de estímulo aos investimentos

Perguntas cruciais de estímulo aos investimentos

- A estrutura institucional atual está alinhada a valores de transparência e neutralidade?
- Quais as reais medidas para reduzir os riscos regulatórios dos empreendimentos
- O planejamento da expansão atende aos princípios de eficiência e racionalidade econômica?
- Quais os caminhos para diminuir o excesso de tributos e encargos?
- Escolhas levam em conta a melhor relação entre o custo ambiental e o preço da energia?

Os empreendedores privados são capazes de garantir a expansão necessária do setor elétrico na velocidade e intensidade que a população brasileira quer